

O CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA INTERCONECTADA E O SITE "WEBCIDADANIA" NO BRASIL

THE CONCEPT OF NETWORKED PUBLIC SPHERE AND THE WEBCIDADANIA WEBSITE IN BRASIL

Eduardo Henrique Diniz

Professor da EAESP/FGV - Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getulio Vargas.

Recebido em: 03/05/2012

Aceito em: 13/08/2012

Manuella Maia Ribeiro

Mestre em Administração Pública e Governo, EAESP/FGV - Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getulio Vargas.

Eduardo Henrique Diniz é membro do Conselho Editorial Científico da Gestão e Regionalidade e o artigo passou pelo processo de avaliação *Blint Review*.

RESUMO

A grande modificação da economia informacional em rede na esfera pública é disponibilizar ferramentas que permitam que um cidadão não seja passivo na busca pela informação, mas possa participar da construção desta e, com isso, ser ativo no processo de fiscalizar e garantir um rumo democrático para seu país, estado ou cidade. O objetivo deste artigo é fazer uma análise da participação cidadã via *web* no Brasil por meio da análise do site "Webcidadania". Para isso, este artigo contém revisão de literatura sobre esfera pública virtual; estudo de caso exploratório sobre o movimento de webcidadania no Brasil; e classificação dos casos de acordo com as características da esfera pública interconectada. O artigo destaca e se propõe a testar o conceito de uma esfera pública relacionada ao uso das novas tecnologias, que permita aos cidadãos participarem ativamente da esfera pública e, dessa maneira, gerar algum tipo de impacto na Administração Pública.

Palavras-chave: sociedade da informação; esfera pública interconectada; participação cidadã; webcidadania.

ABSTRACT

The biggest change of the information society in the public sphere is to provide tools that allow a citizen to be active in the search for information, because he can participate in the construction of information and thus be active in the process of accounting a democratic course for his country, state or city. The aim of this paper is to analyze citizen participation via web in Brazil by analyzing the Webcidadania. This article contains: a review literature on virtual public sphere; an exploratory case study on the movement of webcitizenship in Brazil, and a classification of the cases according to the characteristics of the networked public sphere. The article highlights and aims to test the concept of a public sphere related to the use of new technologies that allow citizens to participate actively in the public sphere and thereby generate impact in the public administration.

Keywords: information society; networked public sphere; citizen participation; webcitizenship.

Endereços dos autores:

Eduardo Henrique Diniz

eduardo.diniz@fgv.br

Manuella Maia Ribeiro

maiamanuella@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Mais de mil relatos sobre irregularidades nas eleições foram enviados por cidadãos na plataforma *on-line* "Eleitor 2010", criada por voluntários para monitorar as eleições brasileiras de outubro de 2010. Na China, mesmo com o monitoramento da Internet, diversos cidadãos burlaram as proibições para garantir transparência por meio do *site* criado para investigar a identidade dos estudantes mortos no terremoto ocorrido em maio de 2008, já que o governo chinês negou a divulgação do nome das vítimas. Com a rede social "Cidade Democrática", o movimento "Voto Consciente Jundiaí" discutiu e aprovou uma agenda cidadã com 12 ações apresentadas ao Poder Público municipal e já garantiu verbas na Câmara Municipal para a construção de 25 quilômetros de ciclovias na cidade, que era uma das ações propostas na agenda (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010). Estes são alguns exemplos de uso da Internet pela sociedade civil, disponíveis no *site* da Rede Technology for Transparency (2012), iniciativa criada pela ONG internacional Global Voices com o objetivo de mapear experiências cidadãs de uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) para a promoção de transparência, *accountability* e engajamento cívico.

As possibilidades do uso das novas tecnologias pelos governos e cidadãos para a promoção de transparência, controle social e participação cidadã são apresentados na literatura constantemente (PINHO, 2008; WELP, 2007; PRADO & LOUREIRO, 2006; FREY, 2005). Cabe ressaltar, entretanto, que os exemplos mencionados correspondem mais a exceções, pois o potencial das TICs como promotoras de mudanças ainda não está sendo completamente explorado.

Apesar do crescente número de experiências como as relatadas acima, Welp (2007) entendeu que ainda existem poucos estudos sobre TICs e governos para melhorar o funcionamento do sistema político democrático, especialmente pesquisas que analisem os reais impactos destas experiências nos governos e na vida das pessoas. A disseminação do uso das TICs pela Administração Pública e pelos cidadãos propiciou o desenvolvimento de um espaço virtual na relação entre governo e sociedade. Em outras palavras, um novo campo de disputas e conflitos sociais foi estabelecido, com possibilidades de ampliação da participação cidadã e do controle social sobre as

atividades governamentais através do uso das novas tecnologias, especialmente no ambiente da Internet.

No que tange à participação cidadã via canais eletrônicos, ainda há poucos estudos sobre processos participativos, especialmente no Brasil, o que gera uma lacuna de conhecimento sobre tais possibilidades. A dificuldade de mensurar as implicações desses projetos, seja devido ao fato de serem recentes, seja por sua complexidade inerente, pode explicar a inexistência de tais estudos. Contudo, não é possível negar a emergência e a relevância de projetos oriundos tanto do setor governamental, como o orçamento participativo digital e as consultas públicas *on-line*, quanto da sociedade civil, como *sites* com dados abertos e de denúncias, dentre outros, que direcionam a Internet como instrumento para promover participação civil e controle social (LOGOLINK, 2010).

Além disso, os estudos de caso realizados sobre experiências brasileiras se referem, na maior parte das vezes, às iniciativas criadas pelo poder público, especialmente os poderes Legislativo e Executivo. Assim, iniciativas da sociedade civil estão surgindo no País sem que ainda haja uma relação desta com estudos teóricos que investiguem seu potencial para influenciar uma mudança na relação entre governo e sociedade civil, e suas possíveis implicações.

Em janeiro de 2010, a organização não governamental Global Voices criou a rede Technology for Transparency (T4T) em conjunto com outros patrocinadores, como o Open Society Institute e o Omyidar Network. O objetivo da rede é ser um mapa colaborativo para documentar e avaliar projetos que usam a tecnologia com o propósito de promover transparência, *accountability* e engajamento cívico no mundo. Entre janeiro e setembro de 2010, a rede mapeou aproximadamente 40 experiências de uso da Internet pela sociedade civil em todos os continentes.

Apesar de admitir projetos que organizam informações para fornecer transparência no setor privado, a maioria dos casos documentados pelo T4T visava a garantir maior transparência, *accountability* e participação no setor público. No Brasil, o T4T realizou seis estudos de caso de iniciativas cidadãs de uso da Internet para melhorar a transparência, a *accountability* e o engajamento cívico. Todas essas experiências focaram governos nos seus diferentes níveis.

Uma destas iniciativas foi a criação do *site* “Webcidadania”¹, uma rede que reúne as experiências brasileiras de uso da Internet para promoção de transparência, *accountability* e engajamento cívico. Também se incentiva a divulgação de ações dos cidadãos no Twitter. Atualmente, estão disponíveis no *site* 21 projetos. Dentre as atividades realizadas por este movimento, estão as seguintes: mostrar aos cidadãos as possibilidades das novas tecnologias para fiscalizar os governos e deles participar; utilizar os dados públicos; e promover causas para influenciar nas políticas públicas, dentre outras. Devido à recente criação dessas iniciativas (a maioria entre 2006 e 2010), ainda é complicado mensurar seus impactos e sua influência na Administração Pública.

O objetivo deste artigo é fazer uma análise teórica da participação cidadã através da *web*, utilizando como conceito de partida o termo “esfera pública virtual”. Assim, a pergunta a que este artigo pretende responder é esta: como interpretar os casos brasileiros a partir da literatura de esfera pública virtual?

O ponto de partida do artigo é a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre esfera pública virtual, com a identificação das possibilidades da Internet na transformação do conceito de esfera pública de Habermas (2003) e sua variação para o ambiente digital, a esfera pública interconectada proposta por Benkler (2006). A seguir, será feita uma análise dos casos empíricos apresentados no *site* “Webcidadania”.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Na literatura sobre a participação cidadã e as TICs, com frequência se discutem as **possibilidades e os limites** da tecnologia para modificar as relações entre a sociedade civil e a esfera governamental.

No intuito de compreender estas possibilidades do ponto de vista teórico, poderiam ser adotados diversos posicionamentos e conceitos, como e-democracia, governança eletrônica, participação eletrônica e sociedade em rede, dentre outros. Entretanto, o foco deste trabalho são as iniciativas cidadãs, ou seja, as

experiências de uso das TICs criadas pela sociedade civil. Assim, o conceito escolhido neste artigo para fazer a leitura das experiências realizadas pelos cidadãos que utilizam as novas tecnologias a fim de promover o diálogo com o governo, exigir dados públicos ou, até mesmo, participar das decisões governamentais é o de esfera pública virtual. O desafio desse estudo é explicar como as experiências de webcidadania no Brasil se relacionam (ou não) com a noção de esfera pública virtual.

2.1 Esfera pública virtual

O conceito de esfera pública virtual, como não poderia deixar de ser, está relacionado ao conceito de esfera pública proposto por Jürgen Habermas (2003). Da construção histórica que culmina no conceito de esfera pública burguesa, construído a partir das mudanças oriundas do surgimento nova sociedade burguesa e do Estado de Direito no século XVIII, Habermas (2003) entendeu a esfera pública como “(...) a linha divisória entre Estado e sociedade (...). **A esfera pública política** (...) intermedeia, através da opinião pública², o Estado e as necessidades da sociedade” (HABERMAS, 2003: 45-46). Portanto, a esfera pública é o espaço em que a sociedade, através da opinião pública, assegura que o Estado agirá de acordo com esta, asseverando institucionalmente “(...) o vínculo entre lei e opinião pública” (p. 101).

Este conceito excluía então diversos grupos, como os pobres e as mulheres, por exemplo. Citando Kant, o referido autor afirmou que os não proprietários estavam excluídos do conjunto de pessoas politicamente pensantes, condição essencial para a participação na esfera pública, pois não possuíam nem formação nem informação.

A interpenetração do poder público no setor privado com a ampliação do primeiro em diversos ambientes do segundo, como a ampliação das políticas de bem-estar social e o desenvolvimento da publicidade comercial e das estratégias de mercado, fez com que Habermas reformulasse seu conceito

¹ A expressão “webcidadania”, iniciada com minúsculas, foi usada ao longo do texto para descrever atividades de cidadania via *web*. Disponível em: <<http://www.webcidadania.org.br>>.

² Para Habermas (2003), opinião pública “(...) se constitui em discussões públicas, depois que o público, por formação e informação, torna-se apto a formular uma opinião fundamentada” (p. 85).

(BARROS, 2008). Em sua revisão, Habermas abandonou "o modelo bipolar que colocava a sociedade civil em contraposição ao Estado, e optou pela consideração de diversos públicos ou arenas discursivas espalhados pela sociedade" (BARROS, 2008: 28). Mesmo que ainda dependa "de garantias providas pelo Estado para exercer sua liberdade comunicativa" em sociedades complexas, o público passa a ocupar um espaço de discussão onde pode exercer sua liberdade comunicativa, a esfera pública.

A partir desse momento, o conceito de esfera pública para Habermas (2003) pode ser entendido como: "uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro" (p. 103).

O conceito de esfera pública virtual, portanto, designa a relação entre governo e sociedade civil através de *web*, denotando as possibilidades de os cidadãos participarem da Administração Pública por meio deste canal eletrônico. Este conceito de esfera pública virtual, para grande parte dos autores, situa-se entre as possibilidades ou não da maior participação cidadã na esfera política³ através do uso dos TICs, cada um apresentando uma maior ou menor potencialidade para o uso da Internet na promoção da participação e, conseqüentemente, no entendimento sobre o que é a esfera pública virtual.

De forma geral, os teóricos sobre a esfera pública virtual podem ser divididos em otimistas, pessimistas e moderados ou ponderados. Os otimistas⁴ defendem que a Internet superou diversas limitações da esfera pública, como o acesso aos mais diversos grupos devido ao baixo custo e à difusão das novas tecnologias; à ampla disponibilização de informação; e à

facilidade da comunicação, dentre outros aspectos. As principais argumentações dos teóricos otimistas sobre o entendimento que as novas TICs, em especial Internet, podem constituir uma esfera pública virtual encontram-se resumidas abaixo.

1. **Possibilidade de dar voz aos segmentos marginalizados** da sociedade sem barreiras impostas pela censura governamental ou pelos interesses das indústrias do entretenimento e da informação (GOMES, 2005; MARQUES, 2008; SAMPAIO, 2010).
2. **Reciprocidade do discurso**, ou seja, o cidadão não é um mero leitor como ocorre no domínio dos meios de comunicação de massa, mas também pode participar e produzir conteúdo (comunicação em mão dupla, diferente da comunicação unidirecional dos meios de comunicação de massa) (FREY, 2003; SILVA, 2005; GOMES, 2005; BENKLER, 2006; MARQUES, 2008; SAMPAIO, 2010).
3. **Ampla disponibilidade de informação** na rede mundial de computadores (GOMES, 2005; BORGES & JAMBEIRO, 2010; SAMPAIO, 2010).
4. **Facilidade de comunicação** direta, rápida e sem obstáculos **entre cidadãos e políticos** com maior interatividade entre os mesmos (GOMES, 2005; MARQUES, 2008; BORGES & JAMBEIRO, 2010; SAMPAIO, 2010).
5. **Facilidade de comunicação** direta, rápida e sem obstáculos **entre cidadãos** para debater assuntos de interesse e maior interatividade entre eles (GOMES, 2005; SAMPAIO, 2010).
6. **Baixo custo para participação e obtenção da informação**, principalmente com o barateamento e a difusão das novas tecnologias (GOMES, 2005; BENKLER, 2006; MARQUES, 2008; SAMPAIO, 2010).
7. **Existência de maior velocidade** para acessar, reunir e transmitir informações (MARQUES, 2008).
8. **Término das dificuldades** referentes à **distância geográfica** e aos limites de tempo (GOMES, 2005; MARQUES, 2008; SAMPAIO, 2010).
9. **Ocorrência de discussão** em bases igualitárias entre os participantes, ou seja, **todos têm**

³ O conceito de esfera política nos textos está associado à Administração Pública no contexto de países democráticos (GOMES, 2005; MARQUES, 2009; SAMPAIO, 2010). Habermas (2003) definiu a esfera do poder público como a atividade estatal (p. 32).

⁴ Os teóricos otimistas quanto ao uso das TICs para a promoção da participação cidadã normalmente são associados aos teóricos da democracia deliberativa. Para eles, a democracia representativa se caracterizaria pela segunda melhor opção de modelo democrático porque não há a possibilidade de todos deliberarem sobre os negócios públicos no contexto das sociedades de massa. Entretanto, com as possibilidades apresentadas pelas novas tecnologias, os cidadãos poderiam decidir mais facilmente na deliberação dos assuntos públicos (GOMES, 2005).

espaço para discutir e opinar através da Internet. Inclui-se nessa vantagem a possibilidade do anonimato, que garantiria a inexistência de discriminação de determinadas opiniões (GOMES, 2005; SAMPAIO, 2010).

10. **Comodidade, conforto e conveniência pelo uso das TICs** (GOMES, 2005).
11. **Inexistência de filtros e controles** na rede, garantindo a liberdade de expressão (GOMES, 2005; SAMPAIO, 2010).
12. **Acesso universal às informações e às novas tecnologias** (GOMES, 2005; SAMPAIO, 2010).
13. **Possibilidade de o cidadão influenciar o sistema político através da democracia digital direta** (GOMES, 2005; SAMPAIO, 2010).

Enquanto os otimistas defendem a Internet como a esfera pública por excelência, os pessimistas apresentam as restrições e os déficits do próprio meio tecnológico para a participação dos cidadãos, bem como as restrições e as dificuldades impostas no próprio ambiente democrático para a garantia da participação. As principais críticas apresentadas pelos teóricos pessimistas estão enumeradas a seguir.

1. **Exclusão digital**, que não permite o acesso de todos às novas tecnologias e à participação dos mesmos (GOMES, 2005; MARQUES, 2006; BEZERRA, 2008; MARQUES, 2008; SAMPAIO, 2010).
2. **Ausência de racionalidade** (como a Internet não possui uma ordem, os debates se realizariam de maneira pouco precisa) **e de civildade** (o anonimato e outros elementos da Internet, permitindo que as pessoas não se revelem, podem gerar agressões entre usuários, por exemplo) (GOMES, 2005; MARQUES, 2006; SAMPAIO, 2010).
3. **Desorganização do ambiente digital** (MARQUES, 2006).
4. **Falta de competência dos cidadãos comuns** para discutirem temas específicos que necessitem de especialização e usarem as novas tecnologias (MARQUES, 2006; BORGES & JAMBEIRO, 2010).

5. **Percepção de que a formação da opinião pública no ambiente digital não tem o mesmo aprofundamento que pessoalmente** (MARQUES, 2006).
6. **Dificuldade de formar laços de confiança e solidariedade através da Internet devido à falta de contato físico** (MARQUES, 2006).
7. Constatação de que não é apenas o meio que facilita a participação, mas também **a vontade de os cidadãos participarem**, algo que não é garantido mesmo que haja possibilidades na Internet (GOMES, 2005; BEZERRA, 2008; SAMPAIO, 2010).
8. **Qualidade duvidosa das informações disponíveis na Internet** (GOMES, 2005; MARQUES, 2008).
9. **Consciência de que os meios de comunicação de massa e os grupos de poder também se transferem para a rede** e continuam as mesmas disparidades que já ocorrem no mundo *off-line* (GOMES, 2005; MARQUES, 2008; SAMPAIO, 2010).
10. **Confirmação de que o sistema político continua fechado**, ou seja, mesmo com as possibilidades da Internet, há poucas experiências de uso da Internet para a democracia direta pelos governos (GOMES, 2005).
11. **Excesso de informações** (BENKLER, 2006; SAMPAIO, 2010).
12. **Possibilidade de a Internet ser monitorada por empresas e governos**, como o que ocorre na China, por exemplo, para garantir o poder autoritário sobre os cidadãos (SAMPALIO, 2010).
13. **Probabilidade de a Internet encorajar escolhas baseadas no interesse privado, acabando com a interação entre os indivíduos na tomada de decisão** (SAMPALIO, 2010).
14. **Fragmentação da esfera pública** (EISENBERG, 2003; BENKLER, 2006; SAMPAIO, 2010).

A posição moderada ou ponderada analisa o potencial da Internet sem a visão dos otimistas, que

entende que a Internet solucionará todos os problemas da democracia contemporânea. O discurso dos moderados não apresenta a empolgação dos otimistas, que veem na Internet resolução dos imbróglis da democracia e sequer acreditam numa simples mudança das esferas de poder e de seus problemas do "mundo real" para o "mundo virtual", como fazem os pessimistas. Para esses moderados, a Internet não é um caminho para a "democracia direta", mas, por permitir discussões a qualquer tempo, possibilita a construção de conteúdos pelos cidadãos, o que pode ter impacto nas ações dos governantes. No geral, os moderados admitem o potencial da Internet, porém acreditam que o problema da ampliação da participação não é tecnológico, e sim político, assumindo as TICs como instrumento, e não como propiciador da reestruturação da esfera pública (GOMES, 2005; PINHO, 2008).

Da literatura consultada pode-se admitir que a Internet possui algum potencial para expandir a participação e aprimorar a esfera pública. Contudo, este potencial é limitado, seja por problemas encontrados no mundo "real", como a exclusão digital, seja por problemas inerentes à própria tecnologia, que não seria adequada para a deliberação plena, por exemplo, mas apenas para complementar a formação cívica. Na revisão da literatura brasileira sobre o tema, a maioria dos autores adota uma posição intermediária, que não vai além das possibilidades e potencialidades do uso das TICs para o aprimoramento da esfera pública. Não se encontrou entre os textos pesquisados uma teoria que analise experiências brasileiras originadas na sociedade civil e que dê conta de um novo conceito de esfera pública baseada no uso massivo das novas tecnologias interativas da Internet. Como apontou Silva (2010):

(...) as tecnologias da informação e da comunicação em rede inauguram formas inéditas de interação, de existência e de debate público, inaugurando, portanto, formas inéditas de ação na esfera pública, que, enquanto conceito, para incorporar essas características, passa a carecer de novas definições.

2.2 Esfera pública interconectada

Uma definição de esfera pública virtual que chama mais a atenção é aquela que relaciona os meios de

comunicação de massa com a esfera pública habermasiana, buscando novos entendimentos sobre ela a partir das possibilidades apresentadas pelas novas tecnologias. O conceito de *networked public sphere* (ou esfera pública interconectada) criado por Yochai Benkler, professor da Escola de Direito de Harvard, foi defendido por Silveira (2009), Silva (2010) e Josgrilberg (2008) como uma nova definição de esfera pública condizente com as mudanças do mundo contemporâneo, especialmente caracterizada pela introdução das novas tecnologias na vida cotidiana.

Após a Segunda Guerra Mundial, a esfera pública burguesa foi modificada pelos meios de comunicação de massa, como jornal, rádio e televisão. Esta mudança da esfera pública burguesa para a esfera pública dominada pela mídia foi denominada por Habermas (2003b) "esfera pública abstrata". Benkler (2006) afirmou que a emergência da Internet propiciou a mudança da estrutura de uma esfera pública dominada pela mídia para outra que possibilita aos cidadãos não só receberem conteúdos, mas também construí-los: uma esfera pública interconectada.

Benkler (2006) defendeu que há uma mudança em curso de substituição da economia industrial da informação pela economia informacional em rede. Essa mudança foi gerada pela introdução das novas TICs e de suas possibilidades de troca de informações, cultura e conhecimento. Segundo Benkler (2006), é possível observar uma mudança estrutural e profunda provocada pelo ambiente de informação em rede na sociedade contemporânea:

Na última década e meia, nós começamos a ver uma mudança radical na organização da produção de informação. Habilitados pela mudança tecnológica, nós estamos começando a ver uma série de adaptações econômicas, sociais e culturais que tornam possível uma transformação radical de como tornar o ambiente informacional que ocupamos como indivíduos autônomos, cidadãos e membros de grupos culturais e sociais (BENKLER, 2006).

Portanto, a grande mudança proporcionada pela introdução das novas tecnologias são as possibilidades de os indivíduos agirem individual ou cooperativamente para fazer e trocar informações, conhecimentos e cultura. Ao mesmo tempo, as novas TICs

permitiram aumentar a produção dessas ações colaborativas entre os indivíduos, ou seja, os sujeitos são livres e têm a chance de assumir um papel mais ativo do que podiam na economia industrial da informação no século passado. Essa liberdade traz o potencial dessa nova economia informacional em rede como uma plataforma para garantir uma melhor participação democrática, um meio de fomentar uma cultura mais crítica e autorreflexiva, dentre outras possibilidades (BENKLER, 2006).

A economia da informação em rede emergiu segundo duas mudanças paralelas ocorridas do final do século XX: (1) a economia tornou-se "(...) centrada na informação (serviços financeiros, contabilidade, *software*, ciência), produção cultural (filmes, música) e manipulação de símbolos (fabricação de tênis de marca, por exemplo)" (BENKLER, 2006) e (2) o ambiente de comunicação passou a ser construído a partir de processadores baratos de alta capacidade computacional com uma rede interconectada (Internet). Esta última modificação foi responsável por um padrão de produção altamente influenciado pelos meios de comunicação de massa.

A descentralização da criação de conteúdo e distribuição da informação em rede pelos indivíduos, cooperando entre si ou não, é a principal característica da economia da informação em rede. O catalisador dessa característica são as novas tecnologias através do acesso à Internet cada vez mais disseminado entre os cidadãos no mundo inteiro. As tecnologias de comunicação mais comuns do século passado, como a televisão, o rádio e os jornais, dentre outros, não permitem uma comunicação a baixo custo e ainda dependem muitas vezes de autorização governamental para poder operar. Os altos custos e o controle governamental concentraram os meios de comunicação de massa em grandes grupos econômicos. As novas TICs e a Internet são caracterizadas pelo baixo custo e grande distribuição de capacidade comunicativa, que está disponível a todos os usuários da Internet.

Como segunda característica da economia da informação em rede, Benkler (2006) dispôs sobre o aumento de atividades que não têm como fim a produção para o mercado. Essa produção se refere à possibilidade de os indivíduos ou grupos utilizarem a rede para alcançar, informar ou trocar informações com milhões de pessoas ao redor do mundo sem

necessariamente objetivarem o lucro. De maneira individualizada ou cooperativamente, as pessoas podem utilizar a rede para disponibilizar e encontrar informações:

O fato de que cada tal esforço é disponível para qualquer pessoa conectada à rede, de qualquer lugar, levou ao surgimento de efeitos coordenados, onde o efeito agregado da ação individual, mesmo quando não é conscientemente cooperativo, produz o efeito coordenado de um novo ambiente rico informação (BENKLER, 2006).

Além disso, o autor partiu do pressuposto de que os seres humanos não se motivam apenas por interesses econômicos, mas também pelo bem-estar psicológico, por gratificação e união social.

Assim, podem ser explicadas as experiências colaborativas que são realizadas por centenas de pessoas tal qual a participação de voluntários na construção da enciclopédia *on-line* Wikipedia. Essa é outra mudança dessa nova economia: há um aumento dos esforços de produção em pares (colaborativa) de informação, conhecimento e cultura. Benkler (2006) partiu do pressuposto de que a economia da informação produz efeitos sobre a autonomia do indivíduo. O maior acesso às tecnologias em rede permite que qualquer pessoa, caso queira, possa utilizar sua criatividade para produzir informações, cultura e conhecimento: (1) os indivíduos podem fazer mais por si mesmos, independentemente de autorização ou cooperação de outros (criar seus próprios textos, procurar informações de outros lugares etc.); (2) eles têm aumentada sua capacidade de fazer mais em cooperação com outros sem serem obrigados a organizar suas relações através de um sistema de preços ou tradicionais modelos de organização social e econômica; e (3) as pessoas estão usando sua liberdade para agir e cooperar com os outros de modo a melhorar a experiência prática da justiça, de democracia e desenvolvimento de comunidades virtuais. Os recentes episódios de manifestações, chegando à derubada de governos no Oriente Médio, podem representar a emergência de uma cultura crítica propiciada pelos meios de comunicação e TICs modernos.

Além da autonomia individual, cabe ressaltar a mudança da esfera pública midiática, característica do último século, para a *networked public sphere*. A

economia da informação em rede superaria a esfera pública dos meios de comunicação de massa porque

(...) possibilita muitos mais indivíduos para comunicar suas observações e pontos de vista para muitos outros, e fazê-lo de uma forma que não pode ser controlada pelos donos da mídia e não é facilmente corrompida pelo dinheiro, como foram os meios de comunicação de massa (BENKLER, 2006).

Em contraponto aos meios de comunicação de massa, as novas plataformas tecnológicas permitem que os indivíduos não sejam apenas passivos à informação, isto é, eles podem se tornar participantes mais engajados no debate através das suas observações: "(...) *networked public sphere* fornece a qualquer um (...) um canal para 'falar', inquirir, investigar, sem precisar acessar os recursos de uma organização dos grandes meios de comunicação" (BENKLER, 2006).

Assim, é perceptível uma mudança das formas de vigilância e de envolvimento político dos cidadãos. Eles não precisam mais se basear apenas nos meios de comunicação de massa, muitas vezes cooptados por grupos econômicos, nem ao menos necessitam somente receber a informação, mas também produzir conteúdo. As principais diferenças entre a comunicação em rede e a comunicação pelos meios de comunicação de massa foram exemplificadas por Silveira (2010) e reproduzidas na Tabela 1 abaixo.

Dentre essas diferenças, duas foram destacadas por Benkler (2006): a arquitetura de rede e os custos para o sujeito se tornar um falante na rede (BENKLER, 2006). O primeiro elemento se refere à mudança dos

links unidirecionais para conexões multidirecionais entre todos os nós do ambiente de informação em rede: "A arquitetura distribuída da rede desloca os centros de poder por diversos nós, de forma que quem mais ganha com a concepção de uma esfera pública baseada nesses novos meios de comunicação são os atores da periferia" (SILVA, 2010), enquanto os baixos custos da prática da comunicação eliminam barreiras para o cidadão interagir com a esfera pública e dela participar. Em conjunto, esses dois elementos alteram a capacidade dos indivíduos, tanto no plano individual quanto no coletivo, de modo a torná-los participantes ativos na esfera pública em oposição à figura de ouvintes, leitores passivos ou telespectadores. Apesar de ser um otimista, Benkler (2006) não compartilhou de maneira irrestrita da visão dos teóricos que colocam a Internet como a resolução de todos os problemas. A Internet ainda pode ser monitorada por governos autoritários ou pelos donos da mídia. Entretanto, os mecanismos de controles são mais difíceis do que no passado devido à arquitetura da rede, ou seja, os custos para controlar o acesso à rede são mais altos.

Para Benkler (2006), a Internet democratiza porque, nesse ambiente, "(...) todos são livres para observar, questionar e debater" através de *blogs* ou de participação em grupos de discussão, dentre outros recursos. Portanto, a grande modificação da economia informacional em rede na esfera pública é possibilitar que o cidadão não seja passivo na busca pela informação, mas que possa participar da construção da informação: "(...) a rede permite que todos os cidadãos mudem sua relação com a esfera pública. Eles já não precisam ser consumidores e espectadores passivos. Eles podem se tornar criadores e fontes primárias dos assuntos" (BENKLER, 2006).

Tabela 1: Características da comunicação em rede e dos meios de comunicação de massa

Rádios-TV-jornais	Internet
Unidirecional	Multidirecional
Baixa interatividade	Alta interatividade
Hierárquica	Enredada
Verticalizada	Horizontalizada
Linear	Hipertextual
Análogica	Digital
Nacional/local	Transnacional/local

Fonte: Silveira (2010).

3. METODOLOGIA

As etapas da construção do artigo foram as seguintes: (1) revisão literatura sobre esfera pública virtual; (2) realização um estudo de caso exploratório sobre o movimento de webcidadania no Brasil a partir dos casos empíricos apresentados no site "Webcidadania"; (3) classificação dos casos brasileiros de acordo com as características da esfera pública interconectada definida por Benkler (2006); (4) verificação da relação entre os casos brasileiros e o conceito de esfera pública virtual adotado.

Foi realizado um estudo de caso exploratório e descritivo sobre as experiências brasileiras apresentadas no site “Webcidadania”. Esse método de pesquisa foi escolhido porque o estudo de caso é passível de ser utilizado na realização de pesquisas que investiguem um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real; em razão de as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não serem claramente evidentes; e em virtude de múltiplas fontes de evidências serem utilizadas (YIN, 2005). O movimento de webcidadania constitui uma experiência que se iniciou em maio de 2010. Assim, ainda são pouco claras suas possibilidades e seus efeitos na mudança das relações entre governo e sociedade civil. Foram utilizados, para o estudo de caso exploratório e descritivo, os seguintes critérios metodológicos:

- 1) observação estruturada dos *sites* das experiências para verificar seus objetivos e seu funcionamento entre os meses de julho de 2011 e fevereiro de 2012 com o propósito de mapear as iniciativas de uso da *web* pela sociedade civil;
- 2) classificação das experiências brasileiras de acordo com as características apresentadas na teoria de Benkler (2006), visando a apontar quantos tipos de iniciativas já existem no Brasil.

O marco teórico para analisar os estudos de casos brasileiros é a teoria da *networked public sphere*, de Benkler (2006). Finalmente, foi verificada a relação entre a esfera pública virtual proposta por Benkler e o movimento de webcidadania no Brasil.

Para classificar os projetos, foram criadas três categorias a partir da teoria de *networked public sphere*: criação de conteúdo; discussão e colaboração; e disponibilização de informação. Cabe ressaltar que alguns projetos se encaixam em mais de uma categoria, como a plataforma “Cidade Democrática”, por exemplo, que permite aos usuários tanto relatarem problemas e soluções para estes em suas cidades como apresentar opiniões e discutir sobre as ideias de outros participantes. A separação dos projetos foi definida a partir do objetivo preponderante de cada um deles, ou seja, se focam mais a criação de conteúdo, a discussão e a colaboração ou a disponibilização de informação. Como o foco deste artigo são experiências brasileiras de uso da Internet para a promoção da participação cidadã na Administração Pública, dos 21 *sites* disponíveis foram analisados 19. Um deles não foi examinado por não ser uma experiência criada no Brasil e o outro, por restringir o uso da Internet para envio de mensagens de apoio a pessoas com câncer. A Tabela 2 abaixo resume as três categorias.

4. O MOVIMENTO DE WEBCIDADANIA NO BRASIL

No Brasil, já é possível encontrar uma série de exemplos oriundos da sociedade civil que objetivam o uso da Internet para promover transparência, controle social e participação. Silva (2010) corroborou essa afirmação:

Tabela 2: Classificação dos projetos brasileiros disponíveis na rede de webcidadania

Categoria	Descrição	Exemplo
Criação de conteúdo	<i>Sites</i> que permitem ou incentivam que qualquer usuário produza e publique conteúdo na Internet.	O projeto “Viva Favela” incentiva que moradores de favela atuem como correspondentes jornalísticos e produzam matérias para a Internet, que são disponibilizadas no próprio <i>site</i> .
Discussão e colaboração	<i>Sites</i> que permitem e incentivam a discussão e produção colaborativa entre os usuários.	Transparência <i>Hack Day</i> é um grupo <i>on-line</i> que discute ações para promover a transparência da Administração Pública e cria aplicativos colaborativamente para ampliar essa transparência.
Disponibilização de informação	<i>Sites</i> que produzem conteúdo para informar o cidadão.	A ONG Voto Consciente utiliza a Internet para publicar conteúdos e campanhas a fim de fortalecer a participação política.

Fonte: RIBEIRO & DINIZ (2011)

Exemplos de como posições particulares se tornam ações importantes dentro da esfera pública estão pulsando na Internet, inclusive na Internet brasileira. Podem não ter o mesmo alcance de massa do que os conteúdos e posicionamentos veiculados pela mídia de massa, mas conseguem ganhar relevância dentro de pequenos grupos, e, por conta da ação coletiva e da articulação, podem alcançar relevantes conquistas políticas (SILVA, 2010).

Benkler (2006) caracterizou como possibilidade do *networked public sphere* o uso das novas tecnologias por qualquer cidadão, de maneira isolada ou colaborativamente, de modo a que se produzam ou recebam informações, cultura e conhecimentos. Esse novo padrão de participação possibilitado pela disseminação dessas tecnologias, em especial a Internet, permite que os cidadãos tenham maiores possibilidades de participar da decisão dos negócios públicos e exercer a função de controle e vigilância sobre o Estado, situações que Benkler (2006) denominou como exercício da função democrática.

As experiências brasileiras classificadas neste artigo estão disponíveis no site do Movimento Webcidadania. Este movimento surgiu a partir da criação do site, em maio de 2010, para discutir como a Internet poderia ser usada em relação à esfera pública no Brasil. O site disponibiliza projetos no Brasil que

promovem controle social, transparência e engajamento cívico através da *web*, e também incentiva a participação dos usuários nesse movimento através da divulgação da webcidadania no Twitter (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010). Dentre as atividades realizadas por este movimento, estão as seguintes: mostrar aos cidadãos as possibilidades das novas tecnologias para fiscalizar e participar nos governos; utilizar os dados públicos; e promover causas para influenciar nas políticas públicas, dentre outros.

Benkler (2006) colocou como uma das principais características dessa nova esfera pública orientada pelas TICs a possibilidade de os cidadãos criarem o conteúdo, disponibilizando-o especialmente na Internet. Os sites brasileiros que se enquadram nessa categoria são aqueles que oferecem espaço para os usuários criarem seu próprio conteúdo ou incentivam que estes produzam conteúdo sobre assuntos relacionados à participação, à transparência, ao controle social e ao engajamento cívico (Tabela 3):

Outro ponto ressaltado por Benkler (2006) são as possibilidades de a Internet fomentar a discussão entre os cidadãos e a produção colaborativa. São classificados nesta categoria os exemplos brasileiros que promovem a opinião e a discussão dos usuários sobre determinados assuntos previamente estabelecidos (como uma notícia sobre o governo) e os que estimulam a produção colaborativa de conteúdo (Tabela 4).

Tabela 3: Iniciativas brasileiras que incentivam a criação de conteúdo pelo usuário

Experiência	Objetivo
Adote um Vereador	Projeto que incentiva os cidadãos a criarem um <i>blog</i> sobre o trabalho dos vereadores para aumentar a transparência e o controle sobre as suas ações.
Eleitor 2010	Plataforma que permitiu o envio de denúncias sobre irregularidades na campanha eleitoral ocorrida em outubro de 2010.
Cidade Democrática	Rede social que permite aos cidadãos que documentem e discutam os problemas na sua região e proponham soluções para estas questões.
Urbanias	Plataforma que incentiva os usuários a reclamarem sobre os problemas na cidade. Além disso, eles enviam os problemas dos usuários para os órgãos competentes.
Movimento Super Ação	Evento que surgiu com a proposta de reivindicar a pauta das pessoas com deficiência e de seus direitos. O site permite o cadastramento para criação de perfil e conteúdo sobre a temática.
Viva Favela	Moradores de favela são convidados a criar o conteúdo da revista <i>on-line Viva Favela</i> através de textos, fotos e vídeos, dentre outros recursos.
Criticar BH	Cidadãos podem criticar problemas de Belo Horizonte (capital do Estado de Minas Gerais), como os serviços públicos, por exemplo, através do Twitter.
Bovap	Sistema de negociação <i>on-line</i> de valores políticos com a lógica do mercado financeiro. Quem negocia os valores dos políticos são os próprios usuários.

Tabela 4: Iniciativas brasileiras que incentivam a discussão e a colaboração, dentre outras possibilidades

Experiência	Objetivo
Transparência Hack Day	Grupo <i>on-line</i> composto por jornalistas, desenvolvedores de tecnologia e estudantes, dentre outros interessados, que discute ações para promover a transparência da Administração Pública e criar aplicativos em colaboração para a ampliação dessa transparência.
Vote na Web	<i>Site</i> em que os projetos de lei são reproduzidos de uma maneira mais simples e objetiva para incentivar os cidadãos a participarem das atividades diárias do Congresso. Os usuários registrados podem interagir com o cenário político votando simbolicamente contra ou a favor do projeto de lei e podem comentar sua opinião sobre o projeto em questão.
Políticos	Ferramenta que agrega todos os políticos que possuem conta no <i>microblog</i> Twitter.
10 perguntas	Iniciativa que permitiu que os cidadãos questionassem os candidatos à Presidência da República nas eleições de outubro de 2010.

Grupos que não fazem parte dos meios de comunicação de massa também podem criar conteúdo e disponibilizá-los *on-line* para informar os demais usuários. São os *sites* que produzem conteúdo para fornecer dados e esclarecimentos aos cidadãos sem permitir que os mesmos possam também disponibilizar informações. Na teoria de Benkler (2006), representam as possibilidades de os cidadãos acessarem conteúdos que não sejam exclusivos dos meios de comunicação de massa (Tabela 5).

Benkler (2006) também analisou as ferramentas da *web* que podem ser usadas pela sociedade civil. Todos os projetos divulgados na rede “Webcidadania” utilizam várias ferramentas, como Twitter, Facebook,

Wikis ou *e-mail*, dentre outras. Normalmente, eles empregam mais de uma ferramenta. Todos possuem contas de *e-mail* e Twitter. Isso permite o aumento de canais para participação, o que pode atrair diferentes cidadãos que preferem determinadas ferramentas, por exemplo. Quanto à participação voluntária nesses projetos, que é uma das características básicas da ideia de participação sem objetivar o lucro, proposta por Benkler (2006), algumas experiências adotam este modelo – por exemplo, os projetos “Adote um Vereador” e “Políticos” são mantidos por voluntários. Já o “Vote na Web” e o “Cidade Democrática” possuem suporte institucional da Webcitizen (empresa) e o Instituto Seva (organização não gover-

Tabela 5: Iniciativas brasileiras que disponibilizam informações

Experiência	Objetivo
Congresso em Foco	<i>Site</i> jornalístico que faz uma cobertura analítica, independente e crítica do Congresso Nacional e dos principais fatos políticos da capital federal. Seu objetivo central é auxiliar o leitor a acompanhar o desempenho dos representantes eleitos, contribuindo assim para melhorar a qualidade da representação política no País.
SAC SP	Espaço que agrega dados governamentais sobre as reclamações dos munícipes recebidas pela Prefeitura de São Paulo, dividindo-as por região, tipos de queixas, órgãos, número de reclamações e período de recebimento.
Voto Consciente	<i>Site</i> que publica conteúdos e campanhas para fortalecer a participação política.
Ficha Limpa	<i>Site</i> lançado após a implementação da Lei Ficha Limpa nas últimas eleições para monitorar os candidatos às eleições de outubro de 2010. Os nomes dos candidatos “ficha suja” e “ficha limpa” são disponibilizados no <i>site</i> .
Voto Aberto	Movimento da sociedade civil, que tem como objetivo pôr fim ao voto secreto na Câmara Federal e no Senado. Informa sobre a posição dos congressistas nos projetos de lei.
Políticos	Ferramenta que agrega todos os políticos que possuem conta no <i>microblog</i> Twitter.
Rede Jovem	Iniciativa de promoção da participação social e cidadã da juventude através do acesso às novas tecnologias da comunicação e informação, especialmente a Internet e o celular.
Movimento Boa Praça	Iniciativa que informa e mobiliza as pessoas para que revitalizem, ocupem e exijam que os parques nas cidades funcionem como o uso originalmente previsto desses espaços: um lugar de encontro e lazer.

namental), respectivamente. Ou seja, além de as pessoas voluntariamente participarem dos projetos, quer comentando, quer recebendo informações desses canais, os próprios canais foram construídos, em sua maioria, por cidadãos sem interesses comerciais ou organizações sem fins lucrativos. Dentre as características propostas por Benkler (2006) na esfera pública interconectada, encontram-se, nos casos brasileiros, algumas explicitadas nos itens abaixo.

- Experiências produzidas em colaboração com os mais diversos cidadãos que desejem participar. Por exemplo, as pessoas se cadastram se quiserem no *site* “Cidade Democrática” para propor soluções e debater os problemas das cidades (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010).
- Espaços abertos de vigilância do setor público que não se caracterizam apenas pela opinião dos criadores do *site*, mas também pela disponibilização dos arquivos públicos que dão a oportunidade de o cidadão analisar por si mesmo os dados apresentados. O “Congresso Aberto” e o “Vote na Web” oferecem acesso aos dados públicos do Congresso Nacional em formatos mais acessíveis e também disponibilizam as suas fontes (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010).
- Os cidadãos, normalmente, podem apresentar opiniões e agregar novas informações ao *site*. O espaço disponível no *site* “Cidade Democrática” permite ao cidadão, por exemplo, criar demandas para o setor público (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010).
- A inexistência de uma hierarquização entre os cidadãos. Por exemplo, os participantes do projeto “Adote um Vereador” sequer gostam de ser chamados de grupo organizado. Eles se veem como cidadãos que, por dever cívico, acham que devem realizar o controle social para tentar garantir políticos mais honestos nos cargos eletivos através da publicidade sobre os vereadores adotados (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010).

No conceito de esfera pública proposto por Benkler (2006), os cidadãos têm possibilidades, por si só ou juntamente com outros, de utilizar as tecnologias da informação e comunicação para debater, investigar ou disponibilizar informações referentes ao

interesse público. Os casos brasileiros objetivam essas possibilidades. Todas as experiências têm como propósito controlar e promover a transparência da Administração Pública, além de expor opiniões dos cidadãos sobre os negócios públicos. Entretanto, os exemplos brasileiros, apesar do seu potencial, ainda apresentam poucos impactos no âmbito de mudanças nas relações entre governo e sociedade civil. Os exemplos mais relevantes são oriundos do projeto “Cidade Democrática”. O movimento “Voto Consciente Jundiá” utilizou esta rede social para convocar os municípios a construir uma agenda cidadã *on-line* com propostas para o poder público municipal. O debate realizado na plataforma “Cidade Democrática” culminou no documento que foi entregue às autoridades públicas. Dentre os resultados obtidos por este debate, estão as seguintes ações: uma emenda de 200 mil reais para construção de ciclovias de um deputado da região; um plano diretor para desenhar ciclovias para a cidade; a mudança do horário das audiências públicas (de 9h para 19h); e o fim das votações secretas na Câmara de Vereadores (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010).

As questões levantadas aqui – e nos estudos de caso aprofundados na pesquisa da rede – não são problemas apenas tecnológicos, mas também políticos. A Internet, como qualquer outra tecnologia, não pode ser considerada desconectada do processo social e político em que ela opera. Entretanto, não se descaracteriza o potencial da Internet de promover a participação política, mas tenta-se “atacar” as dificuldades oriundas das problemáticas sociais, da falta de participação e da ausência de capacidade tecnológica adequada. Por exemplo, o “Adote um Vereador” criou um *site* para explicar como usar as ferramentas da *web*, como *blogs* para escrever sobre o vereador, e o “Cidade Democrática” criou um curso para incentivar e ensinar os cidadãos a criarem uma causa e influenciarem as ações públicas (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010). Apesar de ser um otimista, Benkler (2006) não dissociou a plataforma tecnológica na esfera pública do conteúdo e de seu uso pelos cidadãos. Logicamente, é essencial para essa esfera pública a função com base no conteúdo e na cadência, isto é, não na plataforma tecnológica em si. Assim, ele também concordou com os autores que discorrem sobre a ideia de que há superações políticas além das tecnológicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das mudanças apresentadas pela introdução das novas TICs, também emerge a necessidade de um novo conceito de esfera pública (SILVA, 2010). Como contribuição teórica, o artigo destaca e se propõe a testar o conceito de uma esfera pública relacionada ao uso das novas tecnologias, que permita aos cidadãos a participação na esfera pública ativamente através da criação de *blogs*, páginas na *web* etc., gerando com isso algum tipo de impacto na sociedade. A Internet abre um espaço para que o cidadão possa investigar, debater e controlar a Administração Pública. Para Benkler (2006), a esfera pública democratiza, pois permite a ação individual e colaborativa entre cidadãos como jamais visto. Portanto, a grande modificação da economia informacional em rede é possibilitar que o cidadão não seja passivo na busca pela informação, mas possa participar da construção da mesma: "(...) a rede permite que todos os cidadãos mudem sua relação com a esfera pública. Eles já não precisam ser consumidores e espectadores passivos. Eles podem se tornar criadores e fontes primárias dos assuntos" (BENKLER, 2006).

O artigo analisou casos brasileiros que parecem demonstrar o alinhamento com as características propostas por Benkler (2006): caracterizar-se por ser uma atuação voluntária; permitir a participação de qualquer cidadão; disponibilizar os documentos para análise do cidadão; e não ser uma ação hierarquizada. Apesar de não ter sido feita nenhuma abordagem direta das equipes dos *sites* analisados, entrevistas realizadas pela Rede *Technology for Transparency* (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010) com seis expe-

riências no **Brasil** mostraram que ainda há uma série de dificuldades para que essas experiências atinjam o máximo de seu potencial, algo que exige a mobilização cidadã também no mundo real.

A importância de Benkler (2006) para a análise dessas novas possibilidades que a Internet promove para aumentar a participação pública é que este autor, diferentemente da grande maioria que divide os estudos da esfera pública em pessimistas e otimistas e mantém a discussão acerca das possibilidades e potencialidades das TICs com vistas à participação cidadã, expôs uma teoria sobre essas possibilidades, em que levou em conta uma nova forma de produção. Uma produção, especialmente de informação, em que os cidadãos, de maneira individualizada ou de modo colaborativo, podem agir efetivamente na esfera pública com maior acesso, devido à disseminação, ao barateamento e às funcionalidades presentes nas TICs.

Diversos outros estudos podem ser desenvolvidos para complementar o que está apresentado neste artigo. O presente trabalho baseou-se apenas na observação estruturada do *site* "Webcidadania", sem fazer qualquer contato com seus organizadores, o que poderia ser feito para analisar as dificuldades de sua implantação e operação, além de checar o possível alinhamento consciente com os princípios da esfera pública interconectada de Benkler. O próprio conceito de esfera pública virtual merece uma discussão mais ampla, de sorte que as definições e características apontadas neste artigo podem ser aprofundadas e avaliadas em outros tipos de *sites* que tenham alguma relação com o conceito de cidadania pela *web*.

REFERÊNCIAS

- BENKLER, Yochai. *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- BEZERRA, Heloísa. Atores políticos, informação e democracia. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 414-431, Campinas, novembro, 2008.
- BORGES, Jussara & JAMBEIRO, Othon. Internet, participação política e organizações da sociedade civil. *Revista Eco-Pós*, v. 13, n. 1, perspectivas: p. 124- 145, Rio de Janeiro, 2010.
- CUNHA, Maria Alexandra. A interação do vereador brasileiro com o cidadão por meios eletrônicos. In: CUNHA, Maria Alexandra; FREY, Klaus & DUARTE, Fábio (orgs.). *Governança local e as tecnologias da informação e comunicação*. Curitiba: Champagnat, 2009.
- EISENBERG, José. Internet, democracia e república. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 46, n. 3, p. 491-511, Rio de Janeiro, 2003.
- FREY, Klaus. Gobernanza electrónica urbana e inclusión digital: experiencias en ciudades europeas y brasileñas. *Nueva Sociedad*, n. 196, p. 109-124, Caracas, marzo/abril, 2005.
- FRICK, María M. Participación electrónica: hacia un gobierno abierto en América Latina. E-Working papers, 2005/04. Genève: E-Democracy Center, 2005. Disponível em: <http://www.edemocracycentre.ch/files/Participacion_Electronica.pdf>. Acesso em: 26 de agosto de 2009.
- GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, v. 1, n. 27, p. 58-78, Porto Alegre, agosto, 2005a.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, v. 7, n. 3, p. 214-222, São Leopoldo, setembro/dezembro, 2005b.
- JOSGRILBERG, Fábio B. Produção colaborativa em rede, direito autoral e a socialização do conhecimento nas universidades. In: SATHLER, Luciano; JOSGRILBERG, Fábio B. & AZEVEDO, Adriana B. (orgs.). *Educação a distância: uma trajetória colaborativa*. 1. ed. Vol. 1. São Bernardo do Campo: Metodista, 2008. p. 109-120.
- LOGOLINK. Relatório de Pesquisa: Governança eletrônica local – Perspectivas latinoamericanas. Instituto Pólis, 2010 (*Mimeo*).
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates políticos na Internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p. 164-187, Campinas, abril/maio, 2006.
- _____. *Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo de caso do estado brasileiro*. 2008. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA.
- PEEL, Deborah. Utilizando as tecnologias digitais para a ampliação da participação pública no planejamento. In: CUNHA, Maria Alexandra; FREY, Klaus & DUARTE, Fábio (orgs.). *Governança local e as tecnologias da informação e comunicação*. Curitiba: Champagnat, 2009.
- PINHO, José Antonio Gomes. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública (RAP)*, v. 42, n. 3, p. 471-93, Rio de Janeiro, maio/junho, 2008.
- POLAT, Rabia Karakaya. The Internet and political participation: exploring the explanatory links. *European Journal of Communication*, v. 20, n. 4, p. 435-459, December, 2005.
- PRADO, Otávio & LOUREIRO, Maria Rita. Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras. *Revista Alcance*, v. 13, n. 3, p. 355-372, Itajaí, setembro/dezembro, 2006.
- RIBEIRO, Manuella Maia. Como o governo eletrônico pode aumentar a transparência das compras governamentais? In: I CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA. *Anais...* Brasília: Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008.
- RIBEIRO, Manuella Maia; DINIZ, Eduardo Henrique. O conceito de Esfera Pública Interconectada e o site Webcidadania no Brasil. In: ENADI, Porto Alegre, 2011.
- SAMPAIO, Rafael Cardos. Participação política e os potenciais democráticos da Internet. *Revista Debates*, v. 4, n. 1, p. 29-53, Porto Alegre, janeiro/junho, 2010.
- SILVA, Sivaldo Pereira da. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*, v. XI, n. 2, p. 450-468, Campinas, outubro, 2005.
- SILVA, Daniela Bezerra da. *Transparência na esfera pública interconectada*. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero. São Paulo: PPG Cásper Líbero.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu Silveira. Novas dimensões da política: protocolos e códigos na esfera pública inter-

REFERÊNCIAS

conectada. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 34, p. 103-113, Curitiba, outubro, 2009.

TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY. Disponível em: <http://transparency.globalvoicesonline.org/>. Acesso em: 14. SET. 2011.

WELP, Yanina. Democracia y fractura digital en América Latina. *In*: CONFERENCIA INTERNACIONAL "DEMOCRACIA DIRECTA EN

AMÉRICA LATINA". *Anales...* Buenos Aires: Idea/C2D/Universidad de Ginebra/UnSam, 2007. Disponível em: <www.dd-la.ch/download/Welp_Yanina.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2009.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.